

ALCANENA | A CIÊNCIA JÁ ESTÁ AO SERVIÇO DA FLORESTA. FALTAM AS PESSOAS

Por **Cláudia Gameiro** - Nov 27, 2017



José Alho moderou o debate que procurou reunir ideias para combater os incêndios. Foto: mediotejo.net

A rede de Centros Ciência Viva encontra-se a promover um conjunto de debates em torno da temática dos incêndios e o contributo possível dos meios científicos para o combate, por forma a criar um documento único nacional com sugestões a enviar à Assembleia da República. No sábado, 25 de novembro, decorreu no Centro Ciência Viva do Alviela o debate “A Guerra do Fogo”, que reuniu contributos de cientistas, investigadores, populares e meios técnicos da região. Uma das conclusões foi, no geral, que a ciência já está há muitas décadas ao serviço do combate aos incêndios. Falta, no entanto, o contributo ativo das próprias pessoas, incluindo as que governam o país.

PUB

O debate foi moderado por José Alho, presidente da assembleia-geral do Centro Ciência Viva do Alviela, com as intervenções de Joaquim Silva, doutorado em ecologia do fogo, Helena Freitas, bióloga e investigadora na área da ecologia, Luciano Lourenço, geógrafo que esteve ligado à Escola Nacional de Bombeiros, e Maria Conceição Colaço, engenheira florestal doutorada em educação ambiental para prevenção de incêndios. No público estiveram presentes autarcas, técnicos florestais, bombeiros, forças de segurança e populares.

*O PROBLEMA NÃO É TANTO A
PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO MAS A
MONOCULTURA DESTA ESPÉCIE.
DESTACOU-SE QUE EXISTE JÁ MUITA
LEGISLAÇÃO – A CIÊNCIA JÁ ESTÁ AO
SERVIÇO DA POPULAÇÃO – O PROBLEMA
É A APLICAÇÃO PRÁTICA DE MUITAS DAS
MEDIDAS E A SENSIBILIZAÇÃO DAS
POPULAÇÕES*

Paula Robalo, diretora do Centro Ciência Viva do Alviela, começou a sessão a dar um enquadramento do projeto da rede de Centros Ciência Viva. “Queremos que seja um debate com ideias”, frisou, pois todos estes contributos irão reunir-se a outros, em debates a decorrer noutros Centros Ciência Viva, para um documento comum de sugestões que será entregue à Assembleia da República.

Presente na ocasião, a presidente da Câmara de Alcanena, Fernanda Asseiceira, deixou a disponibilidade para que este documento de ideias possa ser apresentado publicamente no concelho.

José Alho iniciou a sua intervenção a propor um subtítulo para a sessão, como “pedagogia da catástrofe”, uma vez que só após momentos de crise por norma se toma consciência de problemas que há muito vêm a ser alertados. O ordenamento do território, o despovoamento, a litoralização, o tipo de floresta que foi sendo construída em Portugal e as alterações climáticas foram alguns dos tópicos apontados desde logo pelo responsável como causas dos grandes incêndios.



Forças de segurança, autarcas, bombeiros e populares compareceram ao debate Foto: mediatejo.net

Joaquim Silva falou sobre os ciclos do fogo e de como a propagação de plantas exóticas, com características invasoras, criam ambientes propícios aos incêndios. “Os cenários em que entra o fogo são favoráveis a criar cenários de maior combustibilidade”, explicou, uma vez que ao fogo se sucede o abandono dos terrenos e estas espécies exóticas com caráter invasor tornam a rebentar sem qualquer controlo. “A solução para romper os ciclos de fogo pode passar pela aposta em espécies nativas e sistemas autossustentáveis na sua manutenção”, sugeriu.

Seguiu-se a intervenção de Helena Freitas, que começou por propor a criação de um site dedicado ao eucalipto, para desmontar narrativas e mitos. A bióloga constatou que desde o século XVI, com os Descobrimentos e a construção de naus e caravelas, se foi destruindo o ecossistema português, nomeadamente os bosques que cresciam nas montanhas. “A floresta era multifuncional”, salientou, mas desde o século XIX que se apostou cada vez mais na plantação do pinhal, que além da madeira contribuía na resinagem e na indústria do mobiliário. Havia uma valorização da plantação desta árvore, frisou, que posteriormente foi substituída pelo eucalipto e pelo sobreiro.

Atualmente, destacou a bióloga, o abandono das comunidades rurais e o envelhecimento da população conduziu à perda de um determinado equilíbrio entre os povos e a floresta. “Procura-se alguma valorização destes territórios e o eucalipto é o que dá mais valor”, constatou. “As políticas públicas também incentivaram”, destacou, “não construímos alternativa”. Houve ao longo dos

últimos anos várias medidas que tentaram combater este panorama, salientou, mas que foram esbarrando com um conjunto de impedimentos de ordem prática, não dando resultados efetivos.

“A FLORESTA É INDISPENSÁVEL PARA TERMOS ÁGUA”, SUBLINHOU, E, A BEM DA ECONOMIA NO SEU TODO, “TEMOS QUE GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS”

“Precisamos de valorizar a floresta em prol da integridade do sistema”, nomeadamente no que toca à água, frisou. A bióloga defendeu a importância de se pensar na sociologia das comunidades. “É preciso ter coragem” para mexer em temas como o cadastro da propriedade. “A floresta é indispensável para termos água”, sublinhou, e, a bem da economia no seu todo, “temos que garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos”.

Luciano Lourenço, por seu lado, sublinhou a importância de se apostar cada vez mais na prevenção dos incêndios, investindo-se mais na formação de bombeiros, em medidas práticas de reabilitação de áreas ardidas e em ações simples, como a gestão das faixas de combustível circundantes aos aglomerados populacionais. Salientaria a necessidade de mudança de paradigma, com menos discussão teórica e mais ação prática. “Os incêndios florestais são de origem humana”, defendeu, “não são mais aviões que vão resolver o problema”.

Maria Conceição Colaço abordou o trabalho desenvolvido no seu doutoramento, em torno da educação ambiental para prevenção de incêndios. “São muitas vezes as pessoas as causas dos incêndios”, afirmou, explicando que as causas naturais são uma percentagem mínima.

A investigadora referiu que trabalhou com técnicos florestais e populações rurais, para constatar que a formação dos primeiros é escassa para o seu trabalho mediador e os segundos estão envelhecidos e sem capacidade de responder às necessidades de limpeza dos territórios. “Temos que fazer comunicação de ciência para a população em geral”, defendeu, “é preciso uma maior comunicação, dar diretivas mais práticas que possamos aplicar no terreno, acabar com mitos”. “Comunicação simples que possa chegar a diversos públicos”, concluiu.

“As equipas de educação ambiental perderam-se por falta de financiamento”, constatou, hoje existindo em muito ligadas a universidades. “O meu apelo na guerra aos incêndios é garantir mais apoio à educação ambiental e que se valorize o mundo rural”.

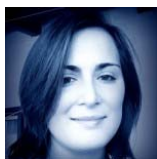
Seguiu-se o debate, que reuniu várias ideias dos oradores e do público, explicando-se que o problema não é tanto a plantação de eucalipto mas a monocultura desta espécie. Destacou-se que existe já muita legislação – a ciência já está ao serviço da população – o problema é a aplicação prática de muitas das medidas e a sensibilização das populações.



Centros de Ciência Viva estão a reunir ideias para entregar um documento com sugestões de combate aos incêndios na Assembleia da República Foto: mediotejo.net

A falta de articulação entre o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e os municípios também foi evidenciada, assim como do Ministério da Agricultura com o da Administração Interna. Salientou-se que a população, nomeadamente a com pouca escolaridade e capacidades económicas, precisa de mais informação sobre medidas de apoio à reflorestação. Da parte dos bombeiros presentes levantou-se a questão da falta de população jovem nas corporações, as dificuldades de recrutamento, sendo necessário repensar o paradigma de combate aos incêndios.

As pessoas não terem meios económicos e não sentirem a presença do Estado no território foi considerado “um dos problemas mais graves do país” por Helena Freitas. “Vai ser difícil corrigir situações que deixámos instalar”. “É preciso apoio técnico especializado ao nível dos municípios”, defendeu, com o Estado a assumir um papel no combate ao domínio da plantação de eucalipto. “Isto só será possível criando valor a outras espécies”, constatou, defendendo ainda uma legislação territorializada.



Cláudia Gameiro

Cláudia Gameiro, 32 anos, há nove a tentar entender o mundo com o olhar de jornalista. Navegando entre dois distritos, sempre com Fátima no horizonte, à descoberta de novos lugares. Não lhe peçam que fale, desenrasca-se melhor na escrita